

## APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ

O Dossiê “*Educação em direitos humanos e diferença: política, sujeitos e práticas*” inaugura a publicação de dossiês de 2022 da Revista Momento: Diálogos em Educação. O ano que se inicia, marcado por incertezas advindas da pandemia de COVID-19, com as quais a população mundial tem buscado (con)viver, desde o final de 2019, ressalta a continuidade da agenda de desafios em relação à promoção dos direitos humanos e para a valorização das diferenças.

Particularmente, a sobrecarga diferenciada dos efeitos pandêmicos na vida das pessoas e grupos mais vulneráveis, decorrente do abismo entre ricos e pobres, do recrudescido causado pelas políticas neoliberais e meios de produção capitalista, suscita severas limitações para o exercício da dignidade humana e de direitos humanos básicos, como o acesso à saúde e à educação, por exemplo.

Do mesmo modo, os retrocessos em relação à agenda dos direitos humanos ampliam a vulnerabilidade social. As referidas dificuldades também passaram a requerer novas e outras estratégias para a consolidação de processos de luta em prol da diversidade e dignidade humana. Assim, a prática social, educativa e mobilizadora, de caráter crítico, protagonizada por diferentes grupos sociais em busca do acesso igualitário a uma vida digna de ser vivida, ressalta não apenas os percalços, mas também o esperar em direção à formação para a cidadania e a superação das desigualdades e violências.

A abertura para lutar e resistir não é, pois, um dado, tampouco um dom. É forjada no processo participativo de formação (emancipatória), baseada na educ(a)ção que tem por fim o reconhecimento e a valorização das diferenças e da diversidade; a igualdade de direitos; a transversalidade, a vivência e globalidade; a construção democrática da educação. Estes, dentre outros, são princípios-base da Educação em Direitos Humanos (EDH) que, na contemporaneidade, ressaltam o papel político das mobilizações sociais e, igualmente, da produção do saber.

De tal modo, a abordagem de questões ligadas à diversidade humana, à multiculturalidade e à cidadania sublinha o caráter transversal do debate sobre a diferença nas pesquisas e nas práticas educativas, sejam elas formais ou não, e que dimensiona a aprendizagem em direitos humanos. Afinal, nem sempre evidente, a intersecção entre a EDH e a diferença configura-se como um universo epistêmico e semântico privilegiado para a reflexão sobre marcadores étnico-raciais, culturais, de gênero e sexualidade, geracionais, de classe,

religião, entre outros, inseridos nas políticas públicas e/ou nas práticas formativas.

Assim, o presente Dossiê congrega estudos que problematizam a diferença enquanto possibilidade de ressaltar o conhecimento em direitos humanos e para além de identidades fixas, monoculturais. Reúne investigações que valorizam a multiplicidade de sentidos que estão em disputa ou negociação a partir da política educacional e lutas sociais, estudos de cunho empírico e teórico sobre/com diferentes sujeitos de direito.

A publicação congrega textos escritos por pesquisadores e pesquisadoras de todas as regiões brasileiras e dois artigos originários de pesquisadoras da Argentina e Espanha. São nove artigos e uma resenha que cogitam a educação em direitos humanos como uma filosofia que conclama a tarefa de subverter os matizes da racionalidade, que desconsideram a contribuição e o aporte de paradigmas éticos da diferença para a formação humanista.

Tal princípio é o que defende Ana Maria Rodino, da Universidad Nacional de La Plata, Argentina, em seu artigo *'Diferencia Y Diferencias: conceptos clave en la teoría de los derechos humanos y para la educación en derechos humanos'*. O estudo pondera as tensões e o alcance conceitual entre as díades “diferença” e “semelhança” e “unidade” e “diversidade”. Discute, também, a noção plural de diferença, no sentido de identificar distintas classes, como as chamadas diferenças legítimas e ilegítimas, finalizando com o debate sobre as consequências sociais que surgem de um e outro caso.

Na mesma direção, o estudo intitulado *'Direitos humanos, diferenças e educação: desafios para o cotidiano escolar'* aborda as implicações sociopolíticas e os desafios da tensão igualdade-diferença, em especial no Brasil, na trilha das tendências conservadoras e antidemocráticas atuais. Escrito por Yrama Siqueira Fernandes e Vera Maria Ferrão Candau, ambas vinculadas à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, o texto relaciona que a articulação entre igualdade e diferença constitui o núcleo central de uma educação democrática, bem como que a EDH é promotora do empoderamento dos diferentes sujeitos socioculturais, particularmente daqueles inferiorizados e subalternizados.

A corroborar com a proposta de empoderamento por meio da educação, a Lucia Isabel da Conceição Silva, Paula Maíra Alves Cordeiro, ambas da Universidade Federal do Pará, e Jorge Martins Evangelista Junior, da Rede Emancipa, apresentam o escrito *'Processos de educação popular das juventudes negras e periféricas: significados e contribuições da Rede Emancipa de*

*cursinhos populares em Belém – Pará*. As autoras e o autor problematizam o acesso à educação por jovens negros e residentes em áreas periféricas, que participam de cursinhos populares. O estudo evidencia as contribuições do escutar e do aproximar-se da juventude vulnerabilizada, assim como o conhecimento de suas expectativas sobre a educação, o sentido da oportunidade e da inserção social. Destacam a importância do Projeto analisado na construção da consciência coletiva, da politização das desigualdades e violações, e dos valores da solidariedade e mobilização.

Ao discutir também sobre a educação popular, Paulo Cesar Carbonari, do Instituto Superior de Filosofia Berthier, Rio Grande do Sul, inclui em *'Bases éticas para uma proposta ecológica e popular de educação em direitos humanos'* a proposta ecológica de educação em direitos humanos. Critica a opção monocultural de saber e defende a alternativa ecológica como uma possibilidade de promover a interculturalidade, a dialogia, o cuidado, a diversidade, a partir de bases éticas de promoção e proteção dos direitos humanos.

Ao ressaltar a proteção e promoção dos direitos humanos com base no educar para o nunca mais, Celma Tavares, da *Universidad de Salamanca*, Espanha, afirma que o direito coletivo de conhecer o passado traumático marca a diferença e as consequências entre preservar a verdade ou optar pelo esquecimento. Seu artigo, *'Educar para o nunca mais: experiências educativas em lugares de memória na Argentina, Brasil e Chile'*, retrata as experiências educativas desenvolvidas no Museu da Memória de Rosário, do Memorial da Resistência de São Paulo e da Corporação Parque pela Paz Villa Grimaldi. A autora investiga os sentidos dos lugares e da pedagogia da memória, com ênfase para o resgate do passado, a reflexão e o debate sobre situações atuais de violações de direitos, cujos efeitos vão desde a busca pela verdade, justiça, reparação e garantias de não repetição, até a construção de uma cultura de direitos humanos.

Do mesmo modo, as bases relativas ao processo formativo, que alia conhecimento e ação política, é o que discutem Helena Cristina G. Queiroz Simões, da Universidade Federal do Amapá, Fernando da Silva Cardoso, da Universidade de Pernambuco, e Aida Maria Monteiro Silva, da Universidade Federal de Pernambuco, no artigo intitulado *'Educação em direitos humanos, formação de sujeitos de direito e dignidade humana: fundamentos teóricos, epistêmicos e políticos'*. Apoiados nos princípios da EDH, resgatam o potencial da educação humanística e suas potenciais repercussões na formação de sujeitos de direito, ao passo que ressaltam alguns caminhos para a concretização e práticas cidadãs com base no atual quadro político do Brasil.

No texto intitulado *'Educação e construção de cidadania: uma reflexão sobre políticas autoritárias e espaço público à luz arendtiana'*, Rita de Cássia Souza Tabosa Freitas e Rebeqa Cristina Rosa Borges, ambas da Universidade de Pernambuco, retomam parte do debate sobre autoritarismo e educação na perspectiva de Hannah Arendt. As autoras relacionam as crises existentes no cenário político e encontram, na educação, dado agravamento pela ascensão de movimentos neoconservadores, que incidem sobre a perda da função da escola frente à construção da cidadania e em novas crises no pensar, na tradição, na cultura e na autoridade.

O referido afastamento da ideia de educação humanística, que acaba por suscitar o distanciamento das práticas cidadãs, é uma realidade em muitos documentos e espaços da educação. Ana Maria Klein, da Universidade Estadual Paulista e Carolina Zanelli Silva Fava, da União das Faculdades dos Grandes Lagos de São Paulo, debatem tais ausências no artigo intitulado *'Educação em Direitos Humanos contemplada nos Projetos Político-Pedagógicos dos centros de internação da Fundação Casa'*. O texto dimensiona a EDH no contexto das instituições que abrigam adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação, sobretudo na Fundação CASA, no estado de São Paulo, por meio da análise de Projetos Políticos Pedagógicos. Os resultados revelam, entre outras questões, poucas menções às expressões 'direitos humanos' e 'educação em direitos humanos', assim como seus conteúdos, valores e práticas são quase inexistentes.

A reflexão sobre a ausência e a demonstração do potencial da EDH no âmbito escolar é o cerne do texto proposto por Fernanda Lapa, Sirlei de Souza e Maria Clara Petry, da Universidade da Região de Joinville, Santa Catarina. As autoras apresentam o artigo *'Educação em direitos humanos e as DCNs: o potencial da pedagogia jurídica clínica'* e defendem a educação clínica em direitos humanos como uma teoria e prática pedagógica estratégica para o desenvolvimento de competências pessoais, relacionais e profissionais na formação jurídica. Ao realizar um diálogo com as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Direito no Brasil e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, afirmam que a política de EDH influenciou, em certa medida, os cursos jurídicos e expõem as temáticas transversais de direitos humanos, como questões étnico-raciais, de gênero e diversidades, neste processo. Realçam, ainda, o potencial da pedagogia clínica, por meio de uma avaliação positiva realizada com estudantes, na Universidade da Região de Joinville.



O Dossiê apresenta, ao final, a resenha proposta por Paulo Fernando de Melo Martins, da Universidade Federal de Tocantins, do livro de Lilia Moritz Schwarcz, *'Sobre o autoritarismo brasileiro'*, editado pela Companhia das Letras, e publicado no ano de 2019. Segundo o autor, a obra é relevante para a compreensão da dinâmica social, política e histórica do autoritarismo no país e, particularmente, quanto à atuação na defesa dos direitos humanos. Apresenta, para tanto, elementos importantes para as pessoas que atuam no campo da educação em direitos humanos, ancorada nas pedagogias antirracistas e emancipatórias.

Este Dossiê, portanto, dimensiona um movimento que se traduz no compromisso acadêmico-ético-político de debater e pensar a educação em direitos humanos numa dimensão relacional ampliada e comprometida com marcadores sociais da diferença, em múltiplos espaços e contextos.

Entre essas conexões, sentidos e significados, mobilizados no interior das práticas formativas, cogitamos o valor semântico presente no ir e vir das políticas educacionais, afirmativas e democráticas, como forma de ampliar a agenda em questão. Nosso objetivo, pois, é mais do que não retroceder na vocação humanística que propõe a educação em direitos humanos, é avançar na consolidação teórica, dialógica e política da ação freireana, em que os “sujeitos se encontram para transformação do mundo em colaboração” (FREIRE, 2017, p. 227).

Esperancemos!

### **Organizadores**

Prof. Dr. Fernando da Silva Cardoso  
Universidade de Pernambuco

Profa. Dra. Helena Cristina Guimarães Queiroz Simões  
Universidade Federal do Amapá

### **Referências**

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 63. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.